

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

**Folha de S. Paulo**

|                                                                                              |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <a href="#">Título: Eletrobrás não pode mais ficar a serviço do uso político</a> .....       | 8  |
| <a href="#">Título: Governo quer megaleilão de gás e óleo para arrecadar R\$ 58 bi</a> ..... | 12 |
| <a href="#">Título: Temer inicia 'xadrez' de reforma ministerial</a> .....                   | 14 |

**Correio Braziliense**

|                                                                       |    |
|-----------------------------------------------------------------------|----|
| <a href="#">Título: Uma solução nova para um velho problema</a> ..... | 17 |
|-----------------------------------------------------------------------|----|

**O Estado de S. Paulo**

|                                                                                          |   |
|------------------------------------------------------------------------------------------|---|
| <a href="#">Título: Comercializadoras podem avançar com novo marco regulatório</a> ..... | 5 |
|------------------------------------------------------------------------------------------|---|

**Sumário**

|                                                                          |          |
|--------------------------------------------------------------------------|----------|
| <b>VEÍCULO: O Globo</b> .....                                            | <b>3</b> |
| Título: Petrobras: R\$ 100 milhões por dano ambiental .....              | 3        |
| Título: Nota .....                                                       | 5        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo</b> .....                               | <b>5</b> |
| Título: Comercializadoras podem avançar com novo marco regulatório ..... | 5        |
| Título: Mercado livre de energia atrai mais investidores .....           | 6        |

|                                                                                   |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Título: Notas .....                                                               | 8         |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                           | <b>8</b>  |
| Título: Eletrobrás não pode mais ficar a serviço do uso político .....            | 8         |
| Título: Governo quer megaleilão de gás e óleo para arrecadar R\$ 58 bi.....       | 12        |
| Título: Temer inicia 'xadrez' de reforma ministerial .....                        | 14        |
| Título: Fundos pedem a saída de Abílio do comando da BRF .....                    | 16        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense .....</b>                                         | <b>17</b> |
| Título: Uma solução nova para um velho problema .....                             | 17        |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico .....</b>                                             | <b>19</b> |
| Título: É preciso reorganizar a base para privatizar a Eletrobrás .....           | 19        |
| Título: Cisão da Amazonas deve ser definida até sexta .....                       | 21        |
| Título: Comercializadora FDR diversifica e investe na venda de combustíveis ..... | 23        |
| Título: Curtas .....                                                              | 24        |
| Título: Vale deve divulgar bom resultado no 4º tri .....                          | 25        |
| Título: Crise da Hydro aumenta e MPF alega falta de licença.....                  | 26        |
| Título: Etanol de milho já reforça a oferta na entressafra .....                  | 27        |

**VEÍCULO: O Globo****Seção: País****Autor: Bela Megale****Título: Petrobras: R\$ 100 milhões por dano ambiental**

Termo de compromisso assinado com Ibama prevê troca do método para medir taxa de óleo e graxa na água.

Acusada pelo Ibama e pela Polícia Federal de fornecer dados falsos de análises de contaminação com óleo e graxa da água que despeja de volta no mar (a chamada água de produção), a Petrobras assinou na última sexta-feira um termo de compromisso com o órgão que prevê a substituição da metodologia que utiliza para fazer tal medição por outra mais rigorosa. A empresa terá de pagar, ainda, R\$ 100 milhões em medidas compensatórias. Para o Ibama, o acordo é histórico, porque terá impacto direto na redução de poluentes devolvidos ao meio ambiente.

— Estamos fazendo história para a proteção ambiental em relação ao descarte de água de produção — afirmou Suely Araújo, presidente do Ibama, que esteve à frente da tratativa.

O acordo engloba 28 plataformas da Bacia de Campos, no litoral do Rio de Janeiro. Todas elas passarão a usar, a partir de março, um novo método para medir o teor de óleo e graxa (TOG) na água que é lançada novamente no oceano. O documento também inclui um plano de ações individualizadas para que as plataformas que apresentam descarte de poluentes fora dos padrões de conformidade previstos em lei passem por reformas e tenham a situação regularizada no prazo máximo de dois anos.

#### ÍNDICES ATÉ 1.925% MAIORES QUE OS RELATADOS

O padrão de concentração de poluentes permitido é definido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). O GLOBO publicou, no início deste mês, que um relatório técnico do Ibama sobre a análise de contaminação da água de produção da plataforma P-51, que também fica na Bacia de Campos, concluiu que o método usado pela Petrobras para fazer esta medição trazia resultados falsos, com índices de contaminação até 1.925% menores que os reais. Os dados apurados pelo Ibama se tornaram alvo de uma investigação que está em andamento no Ministério Público Federal, no Rio. Na ocasião, procurada, a Petrobras se defendeu alegando que usava o mesmo método de medição do teor de óleo e gás (TOG) na água desde 1986, e que este era chancelado pelo órgão ambiental. Mas, como o Ibama havia mudado seu entendimento de como

as análises deveriam ser feitas a partir de 2015, estava negociando sua adequação às novas regras.

No acordo assinado na sexta-feira, a petroleira também se comprometeu a pagar R\$ 100 milhões em medidas compensatórias — R\$ 60 milhões serão destinados ao GEF Mar, programa do Ministério do Meio Ambiente ligado à proteção marinha; e R\$ 40 milhões, ao Fundo Nacional de Meio Ambiente. Mensalmente, a empresa contratará 80 horas de monitoramento aéreo e 200 horas de patrulhamento marítimo da região da Bacia de Campos para o Ibama. Em contrapartida, o órgão não aplicará multas ou sanções relacionadas às plataformas contempladas no termo de compromisso que não estejam dentro do padrão de conformidade de poluentes despejados no oceano. No entanto, a estatal precisa provar que está realizando as mudanças para atender aos parâmetros estabelecidos pelo Conama em até dois anos. Caso a Petrobras não cumpra sua parte, terá de pagar R\$ 50 mil por dia por obrigação não cumprida.

— Não adianta ficar emitindo uma multa por dia. O problema existe e, na prática, temos que resolver uma questão: fazer com que menos óleo e graxa vão para o mar — afirmou a presidente do Ibama em entrevista ao GLOBO.

### **Petrobras vai recorrer de multas menores**

O acordo, porém, não prevê a suspensão das cinco autuações que o Ibama aplicou à Petrobras devido às irregularidades descobertas na P-51, totalizando cerca de R\$ 15 milhões. A estatal afirmou ao órgão que a mais alta delas, de R\$ 14 milhões, será paga ou convertida em serviços ambientais, e que recorrerá das outras quatro.

Suely Araújo relata que outras medidas estão sendo realizadas junto à Petrobras, que concentra um dos maiores passivos de multas aplicados pelo Ibama. Segundo a presidente, a estatal foi a primeira empresa a sinalizar adesão ao programa do Ibama que converte as sanções em recursos para bancar programas de recuperação ambiental.

— Eles vão disponibilizar cerca de R\$ 300 milhões, que é quase o orçamento inteiro do Ibama para este ano. Além disso, essas ações geram custo administrativo para nós e não têm praticamente perspectiva de solução. Não vamos diminuir o rigor; nossa fiscalização estará forte como sempre em relação à Petrobras. Mas está na hora de darmos um caminho a esses passivos mal resolvidos. Hoje, esta é a opção da direção do Ibama e da Petrobras.

**VEÍCULO: O Globo****Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Nota**

### E os advogados, hein?

A Corte de Nova York deve validar logo o acordo de US\$ 2,95 bilhões entre a Petrobras e os investidores americanos, que se sentiram lesados com a roubalheira na estatal.

Mas o juiz Jed Rakoff, que cuida do caso, criticou o valor cobrado pelos advogados dos investidores. Chega a 9,5% do valor do acordo.

Danadinhos.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Economia****Autor: Renée Pereira****Título: Comercializadoras podem avançar com novo marco regulatório**

O novo projeto de lei que vai alterar o marco regulatório do setor deverá dar novo impulso ao mercado livre e, consequentemente, às comercializadoras. O secretário do **Ministério de Minas e Energia Paulo Pedrosa**, afirma que o objetivo é dar maior liberdade ao mercado e incentivar a geração distribuída – aquela produção de energia feita em pequena escala, como os painéis solares nas casas.

"O objetivo é modernizar os setores; o modelo procura reconhecer um conjunto de variáveis que exclui a intervenção e dá espaço para novas tecnologias." Ele destaca que o crescimento do número de comercializadoras é uma ótima notícia, mas o governo precisa criar mecanismos de redução de riscos. "Não podemos ter uma empresa que comercializa bilhões de reais com um capital social de R\$ 30 mil", afirma ele, destacando que o governo deve criar instrumentos semelhantes aos usados na bolsa de valores.

A vice-presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia (CCEE), Solange David, também vê a necessidade de ajustes no setor. "As medidas vão dar maior robustez e aumentar a credibilidade do setor." Isso vai ampliar a entrada de empresas ligadas ao setor financeiro na comercialização, avalia ela. "A chegada desses investidores agrega valor ao setor e melhora a competitividade e credibilidade."

Para o presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (Abracel), Reginaldo Almeida de Medeiros, o Brasil está atrasado em relação ao resto do mundo e, portanto, o potencial de crescimento é grande. "Na Europa, o consumidor residencial já pode escolher seu próprio fornecedor há mais de dez anos." / R.P.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:** R.P.

**Título:** Mercado livre de energia atrai mais investidores

Das dez maiores comercializadoras de energia independentes, seis têm alguma parceria com empresas estrangeiras e do setor financeiro.

Consideradas durante anos como a segunda divisão do setor elétrico, as comercializadoras de energia viraram um negócio bilionário, cobiçado por bancos e fundos de investimentos. Essas empresas são o principal elo de um segmento que não para de crescer no País: o mercado livre de energia, ambiente que permite aos consumidores deixarem de ser atendidos por distribuidoras para escolherem de quem vão comprar a eletricidade (ver quadro).

As comercializadoras fazem a intermediação entre geradores e consumidores, além de prestarem assessoria aos clientes na redução de custos. Com a escalada da conta de luz nos últimos anos e a necessidade cada vez maior de as empresas melhorarem a competitividade, esse universo de clientes aumentou e incentivou novos negócios. De 2015 para cá foram criadas 50 novas comercializadoras, somando 222 empresas. Para este ano há 35 pedidos de aberturas, segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O movimento é acompanhado de forte apetite do setor financeiro e de empresas estrangeiras. Hoje, das dez maiores comercializadoras independentes (não ligadas a geradores) do País, seis já têm algum tipo de parceria ou sócios do setor financeiro e de empresas estrangeiras. A lista inclui BTG, que hoje está entre as dez maiores comercializadoras do País; o banco de investimento australiano Macquarie, sócio da Nova Energia; o Pátria Investimentos, acionista da Capitale; e o Credit Suisse, que ajudou a Delta a desenvolver um fundo de investimento de R\$ 1 bilhão com ativos lastreados na venda de energia.

Uma das últimas investidas ocorreu em agosto passado, quando o banco Brasil Plural comprou 100% da Celler, comercializadora até então considerada pequena. Mas, desde a aquisição, que ainda precisa ser aprovada pelo Banco

Central, a empresa saltou 20 posições no ranking nacional das comercializadoras independentes e está entre as dez maiores.

"O faturamento subiu de R\$ 200 milhões para perto de R\$ 1 bilhão e o lucro líquido triplicou", diz o co-presidente da Celer, Cristian Nogueira, responsável pela Mesa de Energia do Brasil Plural. Segundo ele, trata-se de um casamento perfeito, pois os clientes são os mesmos do banco.

O próximo passo é criar duas novas comercializadoras, sendo uma para contratos com um único consumidor e outra para negociar contratos de energia pré-paga (compra-se do gerador mais barato e ganha na venda pelo valor de mercado). Os produtos financeiros ligados à energia elétrica têm tido grande apelo no mercado, especialmente por parte de fundos de investimentos e de family office.

Transparente. De olho nesse filão, a Delta – antiga comercializadora do mercado –, se uniu com o Credit Suisse para desenvolver um fundo de investimentos que foca, especialmente, no pré-pagamento de energia. O fundo CSHG Delta Energia foi aberto em 21 de julho do ano passado e captou R\$ 1 bilhão.

A meta é obter um retorno de 20% a 25% ao ano com o produto. "O setor tem evoluído muito, está mais transparente e as regras são estáveis", afirma Ricardo Lisboa, sócio do Grupo Delta Energia.

O executivo afirma que desde 2012 tem percebido o interesse de investidores por esse tipo de produto mais sofisticado. No passado, com a falta de incentivo para o crescimento do setor, houve muita especulação nas operações de mercado, o que criou uma certa aversão da ala mais conservadora do setor e até mesmo do governo.

Em 2008, com a crise energética no País, muitas comercializadoras que especulavam no setor quebraram, lembra Gustavo Machado, sócio fundador da Nova Energia, que tem como sócio o banco australiano Macquarie.

"Mas hoje o cenário é outro. A base de clientes aumentou de forma significativa e turbinou o crescimento do mercado", diz Machado. Em 2015, o mercado livre contava com 1.826 consumidores. Atualmente são em torno de 5 mil. Ou seja, o mercado quase triplicou no período, e criou empresas bilionárias.

No ano passado, a Nova Energia, por exemplo, faturou R\$ 3 bilhões com a compra e venda de energia. A Comerc, outra empresa tradicional do setor, faturou próximo de R\$ 1,8 bilhão e já foi sondada por investidores para possíveis parcerias.

O presidente da empresa, Christopher Vlavianos, afirma que o crescimento do mercado se deve especialmente à busca das empresas por custos menores de energia. "O consumidor também vê esse como um mercado de oportunidades."

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia/ colunas

**Autor:** Camila Turtelli, Clarice Couto, Gustavo Porto

**Título:** Notas

### **Tereos avalia aquisições, mas foco hoje é o acionista**

Na mira para possível expansão há seis unidades da Bunge, próximas às da Tereos.

A Tereos Internacional considera ampliar o seu parque fabril, que conta atualmente com sete usinas, todas no Estado de São Paulo. Mas isso não é prioridade agora, segundo o diretor da Região Brasil da companhia de origem francesa, Jacyr Costa Filho. Na mira para possível expansão há seis unidades da Bunge, próximas às da Tereos. Costa Filho lembra da disputa com a própria Bunge pela compra dessas agroindústrias, quando pertenciam ao Grupo Moema, mas a norte-americana apresentou proposta melhor. Porém, a Bunge declarou que pode se desfazer das usinas ou de parte delas dentro de um processo de fusão ou venda da própria multinacional para outra empresa do setor. Segundo Costa Filho, a preocupação atual da Tereos é dar retorno ao acionista pelos investimentos feitos no setor de açúcar e etanol no País. "Não adianta falar de hipóteses. O foco é o retorno aos acionistas".

### **Etanol.**

A Tereos Açúcar e Energia Brasil, braço local da Tereos Internacional, acompanhará as demais usinas do setor e produzirá o máximo possível de etanol na safra 2018/2019, que começa em abril. "O mercado está pedindo", afirma Costa Filho. Ele cita os preços pouco remuneradores do açúcar e a demanda aquecida pelo biocombustível. Da cana-de-açúcar processada, a ideia é destinar até 45% para o etanol, ante 35% na safra passada.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:** NICOLA PAMPLONA e JULIO WIZIACK - DE BRASÍLIA

**Título:** Eletrobrás não pode mais ficar a serviço do uso político

### **Entrevista da 2a. : Fernando Coelho Filho, 33**

PERTO DE DEIXAR O CARGO PARA DISPUTAR A REELEIÇÃO COMO DEPUTADO, MINISTRO DIZ QUE NÃO É PAPEL DO GOVERNO COLOCAR DINHEIRO NA ESTATAL

A dois meses de deixar o cargo para disputar a reeleição como deputado, o ministro de Minas e Energia, fernando coelho filho, tenta fechar dois acordos para salvar as contas do presidente Michel Temer.

Está prestes a pactuar com a Petrobras um megaleilão de petróleo na área da cessão onerosa que pode render mais de R\$ 110 bilhões. No Congresso, negocia a venda da Eletrobrás, um negócio que poderá trazer ao menos R\$ 12,2 bilhões para a União.

O ministro defende a privatização, sob o argumento de que, endividada, não tem como competir no mercado.

Pelo cargo, coelho filho rompeu com o PSB no ano passado, quando o partido deixou a base de apoio do governo. Agora, diz que usará o legado na campanha a deputado federal pelo MDB.

?

Folha - O senhor saiu do PSB para ficar no governo, fez reformas ousadas, e foi o ministro que mais deu recursos à União. Ganhou politicamente com isso?

fernando coelho filho - Modéstia à parte, no ano passado, foram R\$ 22,5 bilhões, tirando imposto. Fomos nós que mais botamos [dinheiro no caixa da União]. Neste ano, tirando Eletrobrás, vai dar mais uns R\$ 20 bilhões. Dei uma contribuição para reanimar uma área que é vital para a recuperação da economia. Há um conjunto de medidas que trouxeram investimentos privados para cá. Não são investimentos de governo, subsidiados por bancos públicos, de estatais. São empresas estrangeiras ou nacionais que estão investindo no país mais de R\$ 200 bilhões. Isso vai gerar uma infinidade de empregos.

O que ganhou com isso?

Oportunidade de contribuir para ajudar o país a reencontrar o crescimento.

Isso dá voto em Pernambuco?

É um desafio. Era muito melhor não bancar uma série de pautas tidas como antipáticas. Podia ter deixado isso para lá e cuidado da minha reeleição para deputado federal. Se vai dar voto ou não, em outubro a gente descobre.

Dá para usar a privatização da Eletrobrás como discurso?

Vou apresentar a proposta apresentada aqui [no Ministério], de eficiência com a coisa pública, redução do papel do Estado. Não é papel do governo ficar colocando dinheiro na Eletrobrás. Em 2017, foram R\$ 3,5 bilhões que poderiam ter ido para a saúde. Em cinco anos, a Chesf [controlada da Eletrobrás] investiu R\$ 100 milhões em Pernambuco. Agora [com a privatização], serão R\$ 500 milhões por ano.

Parte da situação da Eletrobrás se deve a uso político. Vai mesmo passar no Congresso antes de sua saída, em abril?

Existe a compreensão, e o relator [deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA)] já deu seu depoimento nesse sentido, de que a Eletrobrás não pode estar mais a serviço de mau uso político. Acredito que tem apoio também para reorganizar aquilo que foi um equívoco: colocar a energia em cotas achando que ia baratear o custo e não barateou. Desde o início a gente sabia que nossa janela [para aprovação] era muito apertada, mas o debate já está iniciado. Acho que dá tempo [de aprovar].

A venda das distribuidoras da Eletrobrás também pode ser revista no Congresso?

Aí não há muitas opções. Ou se consegue fazer o leilão e a venda das distribuidoras ou se liquida as distribuidoras e o débito vai para a Eletrobrás e, em consequência, para a União, que detêm 60% daquilo. Essas distribuidoras representam perda de R\$ 10 bilhões no balanço da Eletrobrás.

Sem esse processo a privatização não sai?

Sem o equacionamento das dívidas, é muito difícil sair. Só a Amazonas Energia tem passivo de R\$ 18 bilhões, o equivalente a 60% do valor da empresa em bolsa.

Por que a própria Eletrobrás não saneou essas empresas?

Não é o papel da Eletrobrás cuidar de distribuição. Quando chegamos aqui, dos R\$ 32 bilhões em prejuízos em cinco anos, uns R\$ 23 bilhões eram das distribuidoras.

Isso ocorreu por causa do aparelhamento político?

Pode ter atrapalhado, mas não é só isso. Foi a MP 579 [editada pela presidente Dilma Rousseff, que forçou a queda das tarifas, onerando as empresas] que fez todo o mal à Eletrobrás? Fez um grande mal, mas foi responsável por tudo isso? Não. Foi só o uso político da empresa? Também não. Foi uma combinação de coisas que resultou na Eletrobrás de hoje. Todo mundo fala da dívida astronômica da Petrobras. De fato, em valores absolutos, era. A relação dívida Ebitda [geração de caixa] era 5,3 vezes na Petrobras e de 9 vezes na Eletrobrás. Quase o dobro. A Eletrobrás vem diminuindo sua participação em empreendimentos porque não tem condições de competir. Corporações estrangeiras competem aqui com mais eficiência.

Qual será o papel da Eletrobrás privatizada?

A maior parte do [programa] Luz para Todos está em áreas de concessão de distribuidoras privadas, no Tocantins, Mato Grosso, no Pará. A política de governo, que não é bancada pela Eletrobrás, vai continuar. Outro papel da empresa é voltar a dar suporte ao Brasil no crescimento da geração e da transmissão, o que não vem ocorrendo. Nos últimos cinco anos, a Eletrobrás só respondeu por 15°/o da geração instalada no Brasil.

A Eletrobrás deve ter hoje ainda financiamentos com taxas de juros irreais, de 16%, 17% ao ano. Porque [os bancos] sabiam que emprestar à Eletrobrás tinha um risco cada vez maior. Todo esse arcabouço foi onerando a empresa, má gestão, queda de receitas, investimentos caros e ruins. Não sei de cabeça, mas posso garantir que ela tinha projetos, investimentos com taxas de retorno no papel de 2%, 3%. Tinha subsidiária da Eletrobrás que devia a um banco a um custo. E subsidiária que tinha dinheiro aplicado a custo muito menor. [As empresas] Não se comunicavam. Não é à toa que chamavam as controladas de descontroladas.

Os leilões de energias renováveis têm atraído muitos investidores e os preços são competitivos. Não é hora de acabar com subsídios?

A gente contratou energia eólica agora a R\$ 96 [o MWh]. Ninguém dizia [que contrataria por esse preço]. Em algum momento, tem que começar a reduzir [subsídio]. A gente vê que a conta CDE [cobrada na tarifa para bancar subsídios], que começou com R\$ 1,5 bilhão, R\$ 2 bilhões, já bateu em R\$ 18 bilhões. A curva não pode continuar assim. Um exemplo: a energia de determinada fonte é R\$ 100 e vou dar um subsídio de R\$ 30 [pelo MWh]. É melhor pagar R\$ 130 do que dar o subsídio. É uma cultura que tem que mudar. Mas não muda apertando um botão.

A Fazenda quer fazer o leilão de petróleo na cessão onerosa para salvar as contas deste ano. Já se chegou a um acordo com a Petrobras sobre isso?

Temos conversado porque é do melhor interesse para a União e para a Petrobras que se chegue a um acordo.

Já definiu o partido?

Estamos em uma questão com o MDB em Pernambuco. O senador meu pai já se filiou e esse assunto está sendo discutido na Justiça. A gente tem convicção de que isso vai ser resolvido nos próximos dias e a ideia é me filiar [no MDB] no momento oportuno.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), não ficou incomodado [por não ter aceitado convite para se filiar ao partido dele]?

Tenho relação boa com ele, mas disse que tomei a decisão de acordo com minha política local. Ele entendeu.

RAIO-X

Naturalidade

Recife (PE)

Formação

Administração de empresas pela Faap, em São Paulo

Atuação

Ministro de Minas e Energia, já atuou como líder do PSB na Câmara e foi o deputado mais jovem já eleito no país, em 2006, aos 22 anos. Está em seu terceiro mandato e em dois meses deixa o cargo de ministro para concorrer à reeleição

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:** JULIO WIZIACK - DE BRASÍLIA e NICOLA PAMPLONA - DO RIO

**Título:** Governo quer megaleilão de gás e óleo para arrecadar R\$ 58 bi

Recursos seriam usados para fechar as contas no ano que vem

O governo já encontrou uma saída para levantar pelo menos R\$ 58 bilhões e garantir que o próximo governo cumpra a regra de ouro, que impede a União de emitir dívida em volume superior a investimentos.

Os recursos virão de um megaleilão de petróleo e gás nos campos explorados pela Petrobras na área conhecida como cessão onerosa, na bacia de Santos (SP).

Pessoas que participam das conversas afirmam que representantes do governo e da Petrobras já concordaram que o leilão seja realizado ainda neste ano e que a estatal seja indenizada. Em entrevista a Folha, **O Ministro De Minas E Energia, Fernando Coelho Filho**, confirmou, sem dar detalhes, que há conversas em andamento.

Segundo a Folha apurou, estima-se que, nesses campos, seja possível extrair até 12 bilhões de barris. Deste total, 5 bilhões já pertencem à estatal, segundo contrato assinado com a União em 2010.

Esse óleo foi a parte do governo na capitalização da estatal naquele ano para evitar sua diluição societária no capital da companhia.

No entanto, a cotação do petróleo naquele momento era de cerca de US\$ 110 o barril e os custos de exploração eram diferentes; agora, está em US\$ 65. Por isso, a Petrobras quer uma indenização de cerca de US\$ 20 bilhões.

A solução encontrada foi pagar a estatal com parte dos 7 bilhões de barris de petróleo excedentes naqueles campos e leiloar a diferença. A Petrobras terá ainda preferência em 30% dos blocos e poderá buscar parceiros no mercado que aceitem entrar no negócio, pagando por isso.

A Petrobras também tem pressa. Com a definição de sócios para a área excedente, pode otimizar os planos de produção das reservas. Isso porque a área leiloadada terá que ser unificada com a área que a empresa já tem sob sua concessão na mesma região.

Assim, o planejamento dos sistemas de produção, que incluem plataformas e equipamentos submarinos, deve ser revisto para produzir o volume adicional de petróleo. Os novos sócios passam a dividir com a estatal os custos e os lucros do projeto.

O plano de negócios da Petrobras prevê a instalação de cinco plataformas na área, que foi batizada de Búzios. As três primeiras começam a operar neste ano.

## PROJEÇÃO

Pelos cálculos iniciais, o leilão na cessão onerosa poderá render R\$ 113,7 bilhões para o governo, recursos suficientes para que a regra de ouro seja cumprida em 2019. Segundo a equipe econômica, há dinheiro para cumprir a regra em 2018 e, apesar da ajuda do leilão, o próximo presidente terá dificuldades para cumprir a regra se não resolver o déficit fiscal.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:** DANIEL CARVALHO e ANGELA BOLDRINI - DE BRASÍLIA

**Título:** Temer inicia 'xadrez' de reforma ministerial

Presidente terá que resolver casos de pastas comandadas por interinos e trocar auxiliares que sairão candidatos

Se Temer for concorrer à reeleição, ele pode resolver prestigiar partidos que vão apoiá-lo, acredita base aliada

O presidente Michel Temer começa nesta semana a desenhar o mapa de substitutos dos ministros que deixarão seus cargos no início de abril para disputar as eleições.

Os titulares das pastas e seus partidos já têm indicados para apresentar ao Palácio do Planalto. A lista inclui até nomes envolvidos em denúncias de corrupção.

Além de ter que decidir o que fazer com os Ministérios do Trabalho e da Indústria — hoje chefiados por interinos — e com o novo Ministério da Segurança, Temer terá que escolher quem vai assumir outras 13 pastas que ficarão vagas a partir de 7 de abril, prazo para a desincompatibilização.

Nos próximos dez meses, terão novo comando devido às eleições: Esporte, Desenvolvimento Social, Turismo, Integração Nacional, Relações Exteriores, Saúde, Educação, Ciência e Comunicações, Defesa, Transportes, Meio Ambiente e **Minas e Energia**. A Fazenda também pode passar por uma troca, se o ministro Henrique Meirelles decidir de fato ser candidato à Presidência.

"A ideia é que os partidos que hoje têm uma influência nos ministérios mantenham essas influências, até porque estamos contentes com o trabalho de todos. Os partidos serão ouvidos", diz o ministro Carlos Marun (Secretaria de Governo), responsável pela articulação política.

Apesar da intenção de manter a atual distribuição das pastas, há o temor, na base aliada, de que as intenções eleitorais de Temer afetem o rearranjo na Esplanada.

Sob reserva, um líder pondera que, se realmente for disputar a reeleição, o presidente pode resolver prestigiar os partidos que se comprometerem a apoiá-lo.

## APOSTAS

Como a maioria dos parlamentares pretende disputar as eleições, a tendência é que os novos ministros tenham perfil mais técnico, apesar do contorno político das indicações dos partidos. É o que deve acontecer, por exemplo, no Ministério do Esporte. O titular, Leonardo Picciani (MDB-RJ), quer fazer o secretário-executivo, Fernando Avelino, seu sucessor.

Para substituir Marx Beltrão (MDB-AL) no Turismo, governistas da Câmara e do Planalto citam Carlos Henrique Sobral, chefe de gabinete da Secretaria de Governo. Marun diz não gostar da ideia.

"Eu ouvi [a respeito de Sobral], mas não tenho a intenção de liberá-lo. Não quero obstar a trajetória dele, que é meu amigo, mas, sinceramente, não gostaria de abrir mão", afirma o ministro.

No rol de políticos que podem ser indicados aparece o deputado Jones Martins (MDB-RS), nome defendido na bancada do partido na Câmara para substituir o correligionário Osmar Terra (RS) no Desenvolvimento Social.

A lista de possibilidades do PR para substituir Maurício Quintella (AL) nos Transportes traz três nomes que figuraram no noticiário recente por causa de denúncias. O ex-deputado Bernardo Santana (MG) apareceu em uma lista de contribuições ilegais feitas pela Odebrecht entre 2008 e 2014.

O senador Wellington Fagundes (MT) prestou depoimento à Polícia Federal na semana passada no inquérito que investiga se um decreto assinado por Temer beneficiou empresas da área de portos. Fagundes é apontado como um dos interlocutores do presidente junto ao setor.

Outro nome é o da ex-vice-presidente da Caixa Econômica Federal Deusdina dos Reis Pereira. Investigada por tráfico de influência, ela foi absolvida por três votos a dois pela Comissão de Ética da Presidência na semana passada.

Deusdina havia sido afastada do cargo por Temer em janeiro e, depois, foi destituída pelo Conselho de Administração da Caixa.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Seção: Fovest****Autor: IGOR GIELOW - DE SÃO PAULO****Título: Fundos pedem a saída de Abílio do comando da BRF**

Petros e Previ querem destituir todo o conselho da empresa após prejuízo

Empresário não comentou iniciativa que vem após fabricante de alimentos perder R\$ 1,1 bilhão em 2017

Os fundos de pensão da Petrobras e do Banco do Brasil enviaram carta ao Conselho de Administração da BRF, líder do mercado de processamento de alimentos no país, pedindo realização de assembleia extraordinária destituir todos os seus membros — a começar por Abilio Diniz, presidente do órgão desde 2013.

A correspondência foi protocolada neste sábado (24). O movimento é decorrente da aguda crise da empresa, que registrou prejuízo de R\$ 1,1 bilhão em 2017.

Petros (da Petrobras) e Previ (do Banco do Brasil) detêm mais de 20% do capital da empresa, e estão articulando votação em conjunto com acionistas estrangeiros, como o fundo britânico Aberdeen (5%), que apoia a mudança. Os donos da Sadia, marca que se fundiu à Perdigão em 2009 para criar a BRF, têm uma participação de cerca de 8% e também se alinham aos fundos. Com isso, a pressão para saída de Abilio e do fundo Tarpon (ambos donos de cerca de 9% da BRF) cresce.

Abilio, que não comentou o caso, tem oito dias para responder à convocação. Se não o fizer, a assembleia pode ser realizada à sua revelia.

Segundo se comenta na empresa, a relação dele com o Tarpon, seu aliado durante quase todo o período à frente da BRF, está estremecida.

Em nota, a Petros disse que a gestão da BRF precisa ser reformulada. "Infelizmente, a estratégia implementada até aqui não surtiu resultados desejados", disse o diretor de Investimentos do fundo, Daniel Lima.

Já a Previ ressaltou que "está preocupada com os resultados negativos recorrentes e a desvalorização da empresa". O valor da ação da BRF, que chegou a R\$ 70 sob a gestão Abílio/Tarpon, voltou ao nível do início de 2011 — estava em R\$ 28,40 na sexta (23).

A cobrança liderada pelos fundos públicos marca uma mudança de posição política também. Desde a gestação da BRF no governo Luiz Inácio Lula da Silva, a empresa esteve próxima da órbita do PT. A entrada de Abilio no negócio contou com a bênção de Dilma Rousseff.

Na gestão Michel Temer (PMDB), o mercado identifica no poderoso Eliseu Padilha (Casa Civil) o principal ponto de apoio de Abilio no Planalto. O ministro minimizou, por exemplo, o impacto de uma carta de governadores de Estados em que a BRF tem atuação reclamando da gestão da empresa em 2017, como a Folha revelou.

Um aliado de Temer disse que o presidente não irá tomar partido e que os fundos devem buscar o que considerarem melhor negócio.

Governadores signatários da carta de 2017 comemoraram o pedido de destituição em trocas de mensagens ao longo do fim de semana.

No ano passado, uma série de fatores pressionou a BRF, tanto do ponto de vista de gestão quanto político. A empresa foi alvo da Operação Carne Fraca, o que fra-gilizou uma posição já exposta no mercado.

Um ex-conselheiro foi preso pela Operação Lava Jato, dois outros são investigados sob acusação de serem infiltrados da rival JBS e o braço direito de Abilio teve de ser afastado por ter sido condenado em um processo.

Por fim, em agosto foi anunciada a saída do presidente da empresa desde 2015, Pedro Faria, que voltou para o Tarpon. Seu sucessor, José Drummond, apoiado por Abilio e pelo fundo, agora tem sua posição disputada. Só na sexta (23) a BRF perdeu 8,33% de seu valor de mercado na Bolsa devido à divulgação do prejuízo. Em conferência naquele dia, Abilio disse ter sido "surpreendido".

Além disso, conselheiros questionam a relação da BRF com a rede de supermercados Carrefour, da qual Abilio é o terceiro maior acionista. Embora o Conselho Administrativo de Defesa Económica tenha aprovado o acúmulo de posições em 2015, alguns veem conflito de interesse.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Opinião

**Autor:** João Bosco de Almeida

**Título:** Uma solução nova para um velho problema

Fruto do clamor social por uma solução para o problema da degradação ambiental no entorno das grandes, médias e até pequenas cidades brasileiras, o Congresso Nacional debateu e aprovou, em 2010, um marco legal para a gestão dos resíduos urbanos — o lixo em linguagem clara. A Lei 12.305/2010 atribui responsabilidades e define a obrigatoriedade de ser dada destinação correta ao lixo nosso de cada dia.

Ocorre que, como sói na nefasta tradição brasileira, esta lei ainda não está “valendo”, ou seja, não é aplicada nem produz consequências. Sua vigência vem sendo adiada sistematicamente. Centenas de reuniões, debates, congressos, manifestações públicas e tudo o mais que se possa imaginar aconteceu na tentativa de encontrar formas de fazê-la entrar em vigor, sem sucesso. A justificativa mais usada tem sido a falta de recursos pela grande maioria dos municípios brasileiros. Criaram-se, então, linhas de crédito específicas — inutilmente, pois os municípios, em sua maioria, não reuniam sequer os pré-requisitos para captar os recursos oferecidos.

É fato que a aplicação da lei depende da construção de aterros sanitários, os quais demandam recursos financeiros significativos. Alguns municípios optaram por parcerias público-privada, PPPs, nas quais o empreendedor privado aporta capital para o investimento, cabendo ao município arcar com os custos da operação e a manutenção do aterro. A grande maioria dos municípios, porém, não tem capacidade financeira para honrar a contraprestação.

Estamos diante de um problema sem solução? Minha experiência de técnico e gestor público em vários governos estaduais indica que não. Pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos recentes põem à disposição de gestores e cidadãos algumas alternativas menos onerosas e mais eficientes. **Entre as tecnologias disponíveis para destinação final está a transformação do lixo coletado em combustível para geração de energia elétrica, de forma a compatibilizar a lei dos resíduos sólidos com normas do setor elétrico, em particular, aquela que trata da geração distribuída, a Resolução Aneel 687/2015.**

Eis a síntese desta alternativa: em vez de enterrar o lixo, pagando caro para isto, utiliza-se o lixo para gerar energia elétrica e essa energia é utilizada pela própria prefeitura. Assim, o município contratante ganha nas duas pontas. Por um lado, deixa de gastar para gerenciar o lixo no aterro e, por outro, reduz sua conta de luz substituindo energia comprada por energia de ração própria.

Além de moderno, contemporâneo e adequado às normas legais vigentes, o modelo acima sumariamente descrito pode ser implantado sem grandes complexidades e em curto prazo. Para isso, foi desenvolvida uma planta, à qual demos nome de Unidade de Valorização Energética de Resíduos Sólidos

Urbanos (Uver), que está sendo oferecida aos municípios brasileiros em regime de PPP.

O compromisso que assumimos ao desenvolver o projeto foi assegurar que a contraprestação da PPP será menor ou igual à redução na fatura de consumo de energia. Dessa forma, a economia de energia paga a contraprestação da PPP e o município resolveria o problema da destinação final do lixo, a custo zero. Com essa solução, a alegada falta de recursos para resolver do lixo estaria superada.

Com a missão de apresentar a solução Uver a gestores públicos, venho visitando, nos últimos 18 meses, autoridades como o Ministro das Cidades, o **ministro das Minas e Energia**, secretários nacionais, gestores da Caixa Econômica Federal, gestores do BNDES e quase uma centena de prefeitos de várias regiões.

Todas as autoridades e gestores visitados consideraram a Uver, sem exageros, simplesmente fantástica. Todos reconhecem que implantar uma Uver, i) não demanda recursos financeiros das prefeituras e ainda traz redução dos custos com aterro sanitário; ii) do ponto de vista ambiental, é muito menos impactante do que aterros bem administrados; iii) ao contrário, impacta positivamente o meio ambiente porque substitui energia gerada com combustíveis fósseis; iv) a Uver tem vida-longa e pode receber atualização tecnológica; v) não demanda grandes áreas para instalação, pois requer 1/5 da área de um aterro; vi) pode ser instalada próxima às cidades, reduzindo custos com transporte; vii) é totalmente automatizada, impossibilitando fraudes.

Por que as prefeituras ainda não a adotaram e continuam utilizando aterros ou jogando o lixo na margem dos rios e estradas? Apenas porque vivemos a natural perplexidade diante do novo, da mudança dos paradigmas consolidados, das práticas repetidas mecanicamente. Como disse o grande compositor cearense Belchior, ainda que haja quem fique preso ao passado, o novo sempre vem.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Opinião

**Autor:**

**Título:** É preciso reorganizar a base para privatizar a Eletrobrás

Se faltavam mesmo entre 30 e 40 votos para aprovar a reforma da Previdência, como vinha alegando o governo, pode até fazer sentido a troca de uma emenda constitucional que requisitava três quintos de apoio na Câmara (308 deputados) por 15 projetos de lei que exigem apenas maioria simples (257 votos) para avançar. No entanto, a nova prioridade legislativa para o restante do mandato

do presidente Michel Temer depende de uma reorganização da base aliada que, na prática, ainda não se vê.

Um sinal de alerta se acendeu, na semana passada, com a recusa de vários partidos da órbita governista em votar a MP 800. Essa medida provisória, que perde vigência hoje, permitia estender de cinco para 14 anos o prazo máximo de duplicação das rodovias concedidas à iniciativa privada pela ex-presidente Dilma Rousseff. A queda súbita na demanda de veículos e a falta dos empréstimos de longo prazo prometidos pelo BNDES para financiar investimentos das concessionárias tornaram inexecutável o cumprimento das exigências dos contratos. As empresas e o governo argumentam que, sem um reequilíbrio econômico das concessões, elas precisarão ser devolvidas à União e haverá ainda mais atraso na execução das obras.

Muitos parlamentares - de legendas como PSDB, PSD e PRB - questionaram se não seria injusto dar mais tempo às obrigações contratuais sem um alívio nas tarifas de pedágio cobradas dos usuários. É uma pergunta pertinente. Mas fica a impressão de que a MP não está "caducando" só por causa do escrutínio legislativo, mas também como reflexo de enfraquecimento do governo. Os ministros Carlos Marun (Secretaria de Governo) e Maurício Quintella (Transportes) foram à Câmara suplicar pela aprovação da medida provisória. Receberam promessa de apoio que, no mesmo dia, foi solenemente descumprida.

Diante da importância de outros projetos apontados como prioridade para os próximos meses, o Palácio do Planalto terá que fazer uma digestão rápida da derrota e reaglutinar sua base para garantir pelo menos 257 votos em pautas importantes da agenda, como a privatização da Eletrobrás. O risco é de que emendas aparentemente desnecessárias sejam inevitáveis para aprovar os projetos.

O relator da proposta que autoriza a capitalização da companhia energética, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), tem sido prudente. Ele propôs, até agora, duas alterações importantes no texto original. Uma pode aumentar, de R\$ 9 bilhões para R\$ 15 bilhões, os recursos destinados ao longo dos próximos 30 anos para a revitalização do rio São Francisco. O dinheiro será descontado das receitas obtidas com as usinas hidrelétricas que deixarão de operar pelo atual regime de cotas. Outra mudança é a criação de uma agência para cuidar da tarefa de recuperação da bacia hidrográfica. Perto dos estragos que podem vir, são ajustes menores e que não desvirtuam o caráter modernizador da operação. O que preocupa é o fato de 43% dos deputados, de acordo com sondagem contratada pela Eletrobrás, terem se manifestado em novembro contra a sua privatização.

Conforme proposta enviada ao Congresso, o governo deverá sair da presidência do conselho de administração da Eletrobrás, mas manterá uma "golden share" assegurando direito de veto em decisões estratégicas. Os acionistas privados não poderão ter, individualmente, mais do que 10% de participação. Assim, evita-se a tomada de controle por meio de oferta hostil. E só haveria venda de ações se o aumento de capital que está previsto não for suficiente para tornar a União minoritária.

Para que o governo Temer deixe um legado positivo à Eletrobrás, praticamente quebrada pela gestão anterior, esses pontos devem ser preservados. Nos últimos 15 anos, segundo cálculos da gestora 3G Radar, a estatal jogou no ralo R\$ 186 bilhões por motivos políticos ou ineficiências. Do valor destruído em empreendimentos como Belo Monte ou Angra 3, passando pelas perdas com a má gestão das distribuidoras e com o malfadado plano de Dilma para baratear as contas de luz em 2012, os erros cometidos só deixam três alternativas: um mega-aporte público, sua quebra ou uma capitalização por acionistas privados. As duas primeiras são impensáveis. Não é confortável ver o governo com dificuldade em conseguir apoio de seus aliados na Câmara para a aprovação de medidas que, tal como a reforma da Previdência, são impopulares, mas indispensáveis para o futuro do país.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

**Título:** Cisão da Amazonas deve ser definida até sexta

A Petrobras enviou uma carta à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reforçando sua disposição em negociar a transferência da dívida de R\$ 20 bilhões que a Amazonas Energia tem com a companhia para a Eletrobrás. Com isso, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, a expectativa das duas estatais é que a separação entre as atividades de distribuição e geração da Amazonas Energia possa ser autorizada ainda nesta semana, mesmo sem a assinatura da migração do contrato de gás.

Na prática, isso deve permitir que a Eletrobrás cumpra o prazo determinado para a desverticalização da Amazonas Energia, que vence na sexta-feira, mesmo sem resolver a questão do contrato de gás com a Petrobras - pendência que precisa ser superada até abril, quando deve acontecer o leilão de venda das distribuidoras da estatal.

Teoricamente, sem a transferência do contrato de gás, não seria possível concluir a desverticalização da companhia amazonense, o que impossibilitaria

sua venda - e traria, para a estatal elétrica, um custo de mais de R\$ 12 bilhões relacionado à liquidação da concessionária.

***Alternativa seria dar algum ativo da Amazonas Energia como garantia para parte da dívida de R\$ 20 bi***

Hoje, a Amazonas Energia é composta pela concessão de distribuição de energia do Amazonas e por uma área de geração, que produz energia por meio de termelétricas para atender, principalmente, as regiões não conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). O maior problema da companhia está na geração. A Amazonas Energia deve cerca de R\$ 20 bilhões à Petrobras pela compra de combustíveis para a geração de energia.

A Petrobras, como credora, precisa aprovar a transferência do contrato de gás da Amazonas Energia para a Eletrobrás. A petroleira ainda resiste pelo fato de que, do total devido, a companhia amazonense não tem garantias para pagar R\$ 3 bilhões. Os outros R\$ 17 bilhões são garantidos por recebíveis de fundos setoriais.

Para obter garantias para os R\$ 3 bilhões que faltam, a Amazonas Energia depende de uma decisão da Aneel referente à fiscalização dos fundos setoriais, mas não há tempo suficiente para que isso seja feito antes do prazo final da desverticalização. Sem outra saída, a única alternativa para a elétrica era negociar com a Petrobras para que a petroleira cedesse e liberasse a cessão do contrato.

Em meados deste mês, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, havia enviado uma carta a Wilson Ferreira Junior, que comanda a Eletrobrás, informando que as condições até então oferecidas pela estatal elétrica não permitiam que a gestão da petroleira concordasse com a cessão do contrato.

Na carta enviada à Aneel na sexta-feira, o diretor de refino e gás natural da Petrobras, Jorge Celestino, afirmou a "predisposição" da estatal em negociar a cessão dos contratos, "contudo, dentro de um amplo acordo que resolva os problemas enfrentados pelas partes envolvidas."

A diretoria da Aneel pretende deliberar sobre o pleito da desverticalização amanhã. O relator do caso é o diretor Tiago Correia. Se tudo ocorrer como planejado pelas empresas e pelo governo, uma assembleia geral extraordinária (AGE) da Amazonas Energia vai votar sobre a separação das unidades ainda na sexta-feira, e o contrato da Petrobras vai ficar com a Amazonas Geração e Transmissão. Assim, a Amazonas Distribuidora poderá ser privatizada em abril junto com as demais concessionárias controladas pela Eletrobrás.

Uma alternativa considerada, segundo apurou o **Valor**, seria dar algum ativo da Amazonas Energia como garantia para a dívida de R\$ 3 bilhões que não tem lastro em recebíveis de fundos setoriais. A Eletrobrás considerou utilizar a termelétrica Mauá 3 para isso, mas não houve decisão nesse sentido.

Se a Amazonas Energia não for privatizada em abril, a Eletrobrás vai prosseguir na liquidação da concessionária, e caberá à Aneel licitar a concessão de distribuição do Estado para outra companhia.

Procuradas pela reportagem, Eletrobrás e Petrobras disseram que não iriam comentar o assunto.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Rodrigo Polito | Do Rio

**Título:** Comercializadora FDR diversifica e investe na venda de combustíveis

Diferentemente da maioria das comercializadoras de energia, que geralmente expandem suas atividades para o mercado de gás natural, o grupo FDR Energia decidiu investir no negócio de compra e venda de combustíveis. O objetivo da empresa, que prevê fechar 2018 com faturamento entre R\$ 700 milhões e R\$ 1 bilhão apenas na área de energia elétrica, é movimentar algo como 50 mil metros cúbicos de combustíveis, obtendo uma receita de R\$ 125 milhões, em 2019.

A estratégia do grupo de expandir a atuação para o mercado de combustíveis, em vez de gás natural, se deve à política de preços de derivados da Petrobras, aderente aos preços internacionais, e à consequente volatilidade de preços no mercado doméstico.

"Vendo essa volatilidade de preços [de combustíveis] no Brasil, surgiu a oportunidade não só de distribuição de combustíveis, que é um nicho muito desenvolvido hoje, como também atuar como 'trade' [compra e venda] de combustíveis mesmo", afirma Gabriel Caponi, sócio-diretor da FDR Combustíveis, braço da FDR Energia no segmento.

Em um primeiro momento, o objetivo da companhia é atuar na compra e venda de gasolina e etanol. A empresa já possui 400 contratos, com um volume total de 12 mil metros cúbicos de combustíveis. A meta é alcançar 50 mil metros cúbicos, por meio de 1.600 contratos, até o fim do ano.

"Já está no nosso planejamento [ter] uma base de combustíveis, [uma] distribuidora e até refinarias", explica Erick Azevedo, diretor da FDR Energia.

Segundo o executivo, em 2017, primeiro ano de operação da FDR Energia, o grupo faturou R\$ 320 milhões com comercialização de energia. "Neste segundo ano, já viramos o ano com contratos fechados que dão um faturamento de R\$ 350 milhões. Com esforço só na área de energia elétrica, vamos chegar próximo de R\$ 700 milhões a R\$ 1 bilhão [em faturamento este ano]", completou Azevedo.

Questionado sobre a viabilidade de recursos para fazer frente aos investimentos previstos nos próximos anos, Azevedo conta que a empresa está em conversas com dois bancos para "potencializar nossos planos". Além disso, o grupo avalia a possibilidade de abrir o capital no futuro. "Já conversamos sobre isso [abertura de capital] no nosso planejamento plurianual", completou.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Curtas

### **Proposta pela Renova**

A Renova Energia recebeu nova proposta vinculante da Brookfield Energia Renovável em substituição à que tinha sido aceita pela companhia em 24 de novembro, a qual previa capitalização primária na empresa controlada, atualmente, pela Cemig e pela Light. A nova oferta prevê a aquisição dos ativos do Complexo Alto Sertão III, de energia eólica, além de 1,1 gigawatts (GW) em determinados projetos eólicos em transação, por R\$ 650 milhões. O preço poderá ser acrescido de R\$ 150 milhões, dependendo da geração futura do complexo eólico a ser apurada após cinco anos de sua entrada em operação. A Brookfield propôs também pagar R\$ 187 mil por MW de capacidade instalada dos projetos eólicos hoje em desenvolvimento. Se a proposta for aceita, será concedido novo prazo de 30 dias, prorrogáveis por mais 30, para que Brookfield finalize a transação. Segundo a Renova, os recursos irão para o pagamento de credores e fornecedores de Alto Sertão III.

### **Aniz deixa Eletrobrás**

Alexandre Vaghi de Arruda Aniz deixou o cargo de diretor jurídico e de gestão corporativa da Eletrobrás na sexta-feira. Ele liderava as negociações entre a estatal e a Eletropaulo para encerrar processo que está há 30 anos na Justiça. A expectativa é que as partes anunciem acordo em breve. Com a saída de Aniz, o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Junior, deve assumir as negociações.

**VEÍCULO:** Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Francisco Góes | Do Rio**Título:** Vale deve divulgar bom resultado no 4º tri

As projeções de bancos de investimento indicam que a Vale deve registrar resultados "sólidos" no quarto trimestre de 2017, apesar de preços menores para o minério de ferro em relação ao terceiro trimestre e de custos maiores nos fretes marítimos. Espera-se, por outro lado, uma melhoria no negócio de metais básicos da empresa, incluindo níquel e cobre. A mineradora divulga o balanço do quarto trimestre amanhã depois do fechamento do mercado.

A receita líquida de vendas projetada para a mineradora, no período outubro-dezembro de 2017, é de US\$ 9,1 bilhões, com queda de 5,4% sobre igual período do ano anterior, de acordo com a média das previsões de sete instituições financeiras ouvidas pelo **Valor**.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) estimado pelas sete casas situou-se, em média, em US\$ 4 bilhões, queda de 15% sobre o quarto trimestre de 2016. Já o lucro projetado ficou em US\$ 1,58 bilhão, 200% acima dos US\$ 525 milhões de lucro registrados entre outubro e dezembro de 2016.

As estimativas para o ano fechado de 2017 apontam para uma melhoria nos resultados sobre 2016. O J. P. Morgan, por exemplo, projeta receitas de US\$ 33,8 bilhões para a Vale no consolidado do ano passado, alta de 15% sobre os US\$ 29,3 bilhões de receitas de 2016. O Ebitda da Vale em 2017, nas contas do banco, deve ser de US\$ 15,2 bilhões, quase 25% acima do ano anterior, enquanto o lucro líquido projetado é de US\$ 5,8 bilhões, 45% maior do que o lucro de 2016. Para 2018, o J.P. Morgan estima números ainda melhores do que em 2017: receitas de US\$ 35,8 bilhões, Ebitda de US\$ 16,6 bilhões e lucro líquido de US\$ 7,8 bilhões.

A corretora Itaú BBA tem números semelhantes para a Vale no ano fechado de 2017, mas projeta um lucro maior, de US\$ 7,3 bilhões. No mercado, a perspectiva é que a empresa continue a concentrar esforços na redução da dívida, embora a expectativa também é que a mineradora pague dividendos aos acionistas. O objetivo da empresa é reduzir a dívida líquida para US\$ 10 bilhões, o que deve ser atingido ainda este ano (ao fim do terceiro trimestre, a dívida líquida da Vale era de US\$ 21 bilhões).

Em relação ao pagamento de dividendos, no fim de dezembro, a Vale anunciou a aprovação, pelo conselho de administração, de R\$ 2,1 bilhões em

remuneração aos acionistas na forma de juros sobre capital próprio relativos a 2017. Esse pagamento está previsto para 15 de março em conjunto com "eventual" complemento do dividendo mínimo obrigatório do exercício do ano passado. O dividendo mínimo é de 25% do lucro.

O BTG Pactual estimou que a Vale deve apresentar redução de dívida "decente" no balanço do quarto trimestre de 2017. Esse movimento de "desalavancagem" deve continuar em 2018 impulsionado pela entrada no caixa da Vale de recursos do financiamento relativo ao projeto de carvão em Moçambique, disse o BTG. O banco também afirmou que haverá entrada de dinheiro na empresa relativa à venda de ativos de fertilizantes.

Em relatório, a corretora Itaú BBA previu preço de realização para a Vale no minério de ferro de US\$ 61,8 por tonelada no quarto trimestre de 2017, abaixo dos US\$ 66 por tonelada do trimestre anterior. A corretora estimou que a queda na realização de preços, como resultado de cotações menores para a commodity no quarto trimestre em relação ao terceiro, será parcialmente compensada por maiores prêmios por "qualidade" pagos pelas siderúrgicas.

O Bradesco BBI calcula um preço de realização para a Vale, no minério de ferro, ligeiramente inferior, de US\$ 61,4 por tonelada. O banco destacou ainda que a divisão de metais da Vale deve se beneficiar de melhores preços no cobre e no níquel. Os bancos ouvidos pelo **Valor** para a formação do consenso foram Bradesco, BTG Pactual, Itaú BBA, J.P Morgan, Morgan Stanley, Santander e uma instituição que preferiu não se identificar.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Renato Rostás | De São Paulo

**Título:** Crise da Hydro aumenta e MPF alega falta de licença

Depois de negar durante dias as denúncias de comunidades vizinhas sobre a presença de lama vermelha nas águas, o grupo norueguês Norsk Hydro enfrenta em Barcarena (PA) uma grande crise, com o Ministério Público Federal (MPF) pedindo inclusive a suspensão de funcionamento de uma das bacias de rejeitos da refinaria de alumina Alunorte. Apesar de o grupo tentar afastar a comparação, o temor é que essa seja o maior problema ambiental desde Mariana (MG), em 2015.

A empresa foi obrigada pelo governo paraense a reduzir em 48 horas - ou seja, até hoje - o nível das bacias para o mínimo de segurança de 1 metro entre a lâmina d'água e a borda. Além disso, começou a distribuir água potável a Vila Nova, Burajuba e Bom Futuro, com ajuda da Defesa Civil.

Para tal, a Hydro está monitorando continuamente o estado dos depósitos de resíduos. Estão sendo usadas 13 bombas para retirar a água dos depósitos, ante oito normalmente, e o volume tratado passou de 6 mil metros cúbicos por hora para 9 mil metros cúbicos por hora.

Também foi montada uma equipe específica para avaliar a contaminação. Ontem a companhia disse que as informações internas e externas, na verdade, não mostram provas de que houve transbordo nem vazamento de rejeitos.

O Instituto Evandro Chagas, ligado ao Ministério da Saúde, discorda. Laudo pericial da entidade mostrou presença de contaminantes, como chumbo e cromo, e alcalinidade alta com sódio, ou seja, soda cáustica. Com base nessa análise, o MPF recomendou que a segunda bacia de rejeitos seja suspensa.

Documento do MPF divulgado na sexta-feira informou que o depósito funcionava sem licença formal de operação, apenas com uma espécie de "autorização para testes", algo para o qual "não há previsão legal para operação", disse. A Hydro não comentou esse fato.

A instituição foi além. Na nota, aparece uma recomendação ao Estado do Pará, à Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (Codec), à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e ao Instituto de Terras do Pará (Iterpa) para que seja revista a área destinada ao distrito industrial em Barcarena. O MPF quer que as comunidades tradicionais sejam identificadas e protegidas pelo Estado, com uma "zona de amortecimento" ao redor dos territórios.

O governador do Pará, Simão Jatene (PSDB), se esforçou para afastar as comparações do caso da norueguesa com o ocorrido em Mariana, protagonizado pela Samarco. Ele disse que o fato de não haver barragens, e sim bacias, tornam a correspondência impossível. "Não dá para criar pânico na população sem razões objetivas", afirmou.

A ideia do governador é levantar um fundo de recursos que sirva para financiar medidas necessárias nesse caso específico, mas que possa também se tornar um fundo permanente que cuide de problemas como esse no futuro.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Agronegócios

**Autor:** Camila Souza Ramos | De São Paulo

**Título:** Etanol de milho já reforça a oferta na entressafra

Enquanto o Centro-Sul passa por sua entressafra de cana, a oferta de etanol das usinas da região está sendo reforçada pelas importações e pela produção de etanol a partir do milho. Desde 1º de janeiro até metade de fevereiro, a produção de etanol de milho somou 107,5 milhões de litros - equivalente a 60% da produção total do Centro-Sul, que foi de 179,7 milhões de litros, de acordo com dados da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica).

Boa parte dessa produção vem da usina da FS Bioenergia, que começou a operar em julho do ano passado em Lucas do Rio Verde (MT). Segundo Rafael Abud, diretor financeiro da companhia, a FS Bioenergia tem produzido em torno de 20 milhões de litros de etanol por mês e, em janeiro, chegou a vender um volume aproveitando seus estoques, já que os preços estavam vantajosos.

Essa ocupação de espaço pelo etanol de milho, porém, tem fôlego curto, dado que em março algumas usinas de cana do Centro-Sul já voltarão a operar.

A oferta de etanol de milho neste primeiro trimestre deve ficar entre 180 milhões de litros e 200 milhões de litros, de acordo com Martinho Ono, diretor da SCA Trading. O volume, segundo ele, está dentro do previsto pelo mercado e é "bem-vindo".

As importações de etanol também estão reforçando a oferta, embora estejam dentro do esperado pelo mercado. Em janeiro, foram importados cerca de 165 milhões de litros, e Ono estima que o volume de etanol adquirido do exterior de janeiro a março fique em torno de 600 milhões de litros. Esse montante supera a cota isenta do imposto de importação de 20%. Contudo, mesmo com a tarifa, a importação tem sido vantajosa.

Além de atenderem o Nordeste, as importações também estão chegando ao Centro-Sul, onde a demanda está bastante aquecida.

A entrada de etanol de milho do Centro-Oeste e do importado, porém, não tem impactado os preços, segundo Ono. Desde o início do ano, o índice Cepea/Esalq para o etanol hidratado pago às usinas de São Paulo está em torno de R\$ 1,85 o litro. Para o diretor da SCA Trading, a pressão vem do elevado volume de etanol que as usinas guardaram em estoques desde que terminaram a moagem desta safra.

**MME / ASCOM .**